

NIETZSCHE – que Humanismo?*

Filosoficamente o termo “humanismo” designa as teorias ou sistemas que colocam a tónica na dignidade humana; por humanismo, escrevia Sartre, “podemos entender uma teoria que toma o homem como fim e valor superior”¹, o que pressupõe uma actividade filosófica orientada para lutar contra tudo quanto possa empobrecê-lo, oprimi-lo, aliená-lo. Trata-se de uma análise da condição e situação humanas a um tempo, antropológica e ética, pois se concebe como uma reflexão que aspira a uma compreensão do humano, capaz de lograr uma ideia coerente da vida humana, denunciando tudo quanto viola um sentido ético para a existência, isto é, um combate contra o erro, a injustiça, a desordem e a violência. Por isso, uma filosofia humanista visa traçar um itinerário conducente à experiência quotidiana da Dignidade, leva necessariamente a uma sabedoria, capaz de proporcionar verdades para a vida, vocacionada a pensar os argumentos humanos para o afrontamento da misteriosa violência do destino.

À luz desta perspectiva, não poderá haver hesitação em considerar-se Nietzsche, um pensador de admirável expressão poética e teorizadora, alguém que entendeu a função da Filosofia como um protesto contra todas as servidões, um papel com que insurreccional e demolidor das ideologias escravizantes que laçaram a civilização ocidental e o próprio sentido da vida. Daí que a Filosofia seja, para Nietzsche, empresa de avaliação e transmutação, isto é, tentativa de compreensão preocupada da vida, mas

* Comunicação apresentada ao Colóquio internacional “Reencontro com Nietzsche no 1.º centenário da sua morte (1900-2000)”, org. pelo Dep. de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras do Porto, em Outubro de 2000.

¹ SARTRE, JEAN-PAUL, “*O Existencialismo é um Humanismo*” (trad. Portuguesa de Vergílio Ferreira), Lisboa, Editorial Presença, 2.º ed., s/d, p. 292.

comprometida na mudança para melhor. Talvez por isto, a sua obra provocou surpresa e indignação, talvez tenha sido demasiado nova e demasiado forte porque animada de uma tenacidade lúcida e sincera, revelando-se mediante uma ousadia e um entusiasmo talvez absurdo na sua desesperada autenticidade.

Aceitando que o Humanismo é fundamentalmente um discurso ético, uma afirmação de valores que exprime um programa ético para a Humanidade, importa saber se terá sentido pedir um humanismo a quem como Nietzsche, nos repete ironicamente “humano, demasiado humano!” e cabe perguntar se no seu pensar encontramos algum projecto moral e político.

Não obstante o carácter estetizante e metafórico, por vezes excessivo, o discurso nietzschiano, fiel à ideia de que a tarefa da Filosofia consiste na educação superior e no aperfeiçoamento moral da Humanidade, processa-se por etapas, cujo itinerário se inicia com uma ampla reflexão genealógica e crítica dos fundamentos dos valores que configuram a cultura e a civilização europeias, para, em seguida, equacionar uma ideia de ser humano como possibilidade, resultante da transmutação de todos os valores dominantes no ocidente em ordem à instauração de uma meta que é o ideal de um superhumanismo que conduzirá, segundo Nietzsche, à libertação triunfal do homem, mediante a plena recuperação dos seus instintos vitais, da sua vital energia que havia sido empobrecida e degradada pelos ideais propugnados ao longo de séculos pela moral tradicional cuja raiz se encontra no velho platonismo e que o cristianismo acolheu e impôs na história ocidental. Esta moral traduzir-se-ia em ressentimento e hostilidade contra a própria vida, visto que instaurou uma tábua de valores baseados na debilidade (moral de escravos) e na igualdade (moral de rebanho), o que conduz à renúncia da aceitação plena e entusiástica da vida, sendo, por consequência, negadora das forças vitais da existência. Daí que, para Nietzsche, urgia eliminá-la ao serviço da emancipação humana. Com efeito, para ele, uma moral sadia só o será se estiver plenamente dominada pelos instintos da vida, constituída pela força dos impulsos, pela espontaneidade biológica sem limites e assim a moral estaria baseada em valores vitais.

Repare-se que este naturalismo vital implicará necessariamente a libertação dos homens da experiência do ilegítimo, do

pecado e do arrependimento, dir-se-á mesmo da própria normatividade, configurando-se o niilismo e o absurdo como resultado de uma criatividade situada para além do bem e do mal. Poderá ainda falar-se de moralidade?

Se o valor supremo é a afirmação pletórica da vontade de viver e a vida, a vida sã dos fortes como quer Nietzsche, fundamenta todos os valores, então o resultado inexorável é o subjectivismo axiológico, quase desaparecendo as exigências da racionalidade, definindo-se o ser humano pela “vontade de poder”, pela sua aptidão a determinar por si mesmo os valores que lhe importam, impulsionando não por uma prudente avaliação do que é bem e do que é mal, mas tão-só pela intensidade biológica que eles pressupõem. Penso que este é o caminho directo para a desculpabilização da vontade², o caminho para a arbitrariedade potenciada pelo egoísmo, mais ou menos desfrizado das forças irracionais que suprimem critérios e rejeitam irresponsavelmente a dignidade humana, abrindo-se o horizonte a aberrações históricas que facilmente levam ao desprezo da liberdade, da honra e da justiça.

Se, como Nietzsche tantas vezes preconizou, a meta que apresenta à condição humana é o ideal do chamado “super-homem” e este se caracteriza como um criador que privilegia a beleza estética da sua potência face a uma assumida recusa de um sentido de responsabilidade solidária, apenas obediente a manifestação de entusiasmo ao serviço da sua liberdade dominadora, se a sua “vontade de potência” é a sua própria justificação, tida como sempre boa, já que o que é mau será seu enfraquecimento, a sua negação, se, afinal, tudo é permitido em nome da livre expansão da vida, então esta não pode ser senão luta e conflito contínuo. E nesta luta vencerá o mais forte e até tem o direito a vencer somente porque é mais forte. Assim não haverá, por consequência, nada em nome de quê seja legítimo combater as injustiças, a falta de escrupúlos, o racismo, a exploração, a guerra, ou seja, tudo quanto destrói a comunidade humana e despreza a coexistência das diferenças.

² A este propósito cfr. Savater, Fernando, “Nietzsche” em Camps, Victoria (org.) “Historia de la Ética”, vol. 2º (“2. La Ética Moderna”), Barcelona, Editorial Crítica, 1992, pp. 578-598.

Repare-se que nada temos contra a ideia de que o ser humano se esforce em superar-se a fim de alcançar a salvação da existência mediante a afirmação de uma vontade criadora, animada pelo reencontro com a “fidelidade à terra” abrindo-se num jovial amor à vida, assumindo como ilusórias as “esperanças supra-terrestres” e inventando novos valores, todavia o que se nos afigura decisivo é que Nietzsche, manifestando desprezo pela dignidade humana enquanto valor moral universal, já que apenas privilegia uma axiologia estética cujo critério aponta para a grandeza da potência e da beleza, privilégio de certos indivíduos criadores, estimulados pela sua vontade que ousa impor alegremente a sua liberdade alheia a um sentido de responsabilidade, destrói a estrutura moral da existência humana, abrindo caminho para um autêntico anti-humanismo, absurdo porque irracional e trágico porque a própria negação do humano, instaurando arbitrária e imprudentemente um cego voluntarismo cujos equívocos e contradições se condensam na máxima “ousa tornar-te naquilo que és!”, expressão fulgurante de um suposto imperativo de autenticidade que deve, segundo Nietzsche, ser constitutivo da existência pessoal, porém, embora aceitando-o no plano formal, considero que uma autenticidade assim construída se converte tão só na expressão espontânea, mas a-crítica da personalidade, evidenciando as suas convicções, mas descuidando as suas consequências no âmbito da acção humana. Pensamos que só quando a autenticidade aparece como tarefa moral da pessoa e, assim, surge como autenticidade moral se concretiza a dimensão ética daquele imperativo, senão não passa de mera fidelidade à estrutura bio-psicológica de cada indivíduo, podendo converter-se na aceitação sem limites dos impulsos vitais, da tal energia instintiva resultante do descrédito de critérios de índole ética susceptíveis de alicerçarem uma fundamentação racional da moral. Com efeito, Nietzsche nega a validade de uma tal fundamentação e aqui reside um dos seus mais perigosos erros, porque pretendeu impor um simples naturalismo moral que redundava na ignorância propositada da dimensão espiritual da condição humana, desembocando na rejeição da racionalidade ou, pelo menos, no seu aviltamento.

Nesta perspectiva o aperfeiçoamento moral da humanidade continuará sem resposta já que o superhumanismo que Nietzsche propõe pela voz de Zarathustra se situa no abismo da irracionalidade, nada tendo de humano pois que “o homem é algo que deve ser superado”³, ultrapassar-se incessantemente impondo-se, como ele afirma, à maneira da *virtù* dos renascentistas italianos, sem escrúpulos nem moral, fiéis ao seu orgulho, ao seu poder, ao gosto do risco, a uma agressividade cruel que despreza a bondade e a solidariedade, tidas como valores inferiores que, para ele, constituíam produtos de uma civilização decadente. De facto, para Nietzsche o Bem é a vontade do mais forte, do guerreiro, do tal que transpõe os limites do humano e não a expressão de alguém integralmente generoso.

Tais são algumas perspectivas, decerto as mais significativas, que constituem o quadro de referência para uma análise breve da problemática do humanismo no pensamento de Nietzsche.

Para lá da inquietação e das aguilhoadas com que Nietzsche agrediu a cultura ocidental, designadamente pela barbárie intempestiva com que feriu os seus mais altos ideais como, por exemplo, a defesa da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas, será possível discernir uma autêntica valorização do ser humano ou estamos perante a rejeição dos valores do Humanismo?

Tomando como ponto de partida a ideia da “morte de Deus”, dir-se-ia que Nietzsche o encontrou morto no espírito do seu tempo, o ser humano fica solitário e sem referências, abrindo-se a uma experiência de niilismo, mas activo e que levado ao extremo o impulsiona para uma revolta sem qualquer refúgio e que lhe exalta a vontade de potência ao procurar encontrar algum significado para a sua condição. Nietzsche proclamará que “o homem é uma corda estendida entre o animal e o superhomem: uma corda sobre o abismo; perigosa travessia, perigoso caminhar, perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar. A grandeza do homem – escreveu – é ele ser uma ponte e não uma meta, o que se pode amar no homem é ele ser uma passagem, uma transição”⁴

³ NIETZSCHE, F., “*Assim falava Zarathustra*” (trad. port. de Alfredo Margarido), Lisboa, Guimarães Editores, 1964, pp. 12-16.

⁴ Idem, *Ibidem*, p.15.

e se perguntarmos aonde está a meta desta transição, Nietzsche nos diz que é o superhomem que, por consequência, é entendido como a máxima expressão das melhores possibilidades humanas, da afirmação da vontade de poder que se irá realizando através do esforço do próprio homem e assim a humanidade encontrará razão de ser, existindo em função do superhomem cuja existência, por sua vez, consistirá tão só na aceitação do destino do universo que, em sintonia com o ateísmo de Nietzsche, é exactamente não ter nenhum destino, a não ser o eterno retorno do idêntico. E é precisamente a crença neste homem futuro que justifica, em Nietzsche, o desprezo pela humanidade presente onde os seres humanos são apenas meios e mesmo, por vezes, obstáculos a destruir. Todas estas considerações, eivadas de um misticismo e de um obstinado dogmatismo levam Nietzsche a uma intansigente negação do homem enquanto sujeito autónomo e responsável, desprezando-o em nome de um hipotético superhomem que, todavia, seria de aceitar se e somente se não fosse entendido como uma categoria de seres excepcionais, mas sim como uma humanidade no seu todo superior à actual, o que penso poderia advir, por exemplo, daquela socialização do saber e da vida que Teilhard de Chardin preconizava⁵ ou muito simplesmente de todo o programa emancipador do Socialismo⁶. ora, Nietzsche nunca concordaria com estas ideias, aliás combate-as já que sempre considerou a justiça e a concórdia como algo medíocre e bizantino, a par da sua negligência total e deliberada da dimensão social do ser humano, sempre entrevisto como individualidade irreduzível perante quaisquer limites impostos pela sociedade, pela coexistência dos indivíduos.

Nesta ordem de ideias julgamos que Nietzsche se situa muito longe do projecto humanista do Iluminismo, a tal ponto se vê o seu descuido pelos direitos fundamentais dos seres humanos, pela ideia de bem comum e, em síntese, de tudo quanto vinha a ser pensado, desde Rousseau, Locke e Kant, por exemplo, acerca

⁵ CHARDIN, PIERRE TEILHARD DE, "*O Fenómeno Humano*" (trad. Portuguesa de Léon Bourdon e José Terra), Porto, Liv. Tavares Martins, 1970, 5.^a ed., pp. 332-339.

⁶ Cfr. CAMUS, ALBERT, "*L'Homme Révolté*" em Id., "*Essais*", Paris, Gallimard, Bibl. de la Pleiade, 1965, p. 488.

da felicidade e harmonia social. Na realidade, a visão do homem que Nietzsche nos legou não é, nem cívica, nem humanista e daqui deriva um individualismo narcisista e irresponsável, claramente incompatível com o Humanismo enquanto ideia da perfeição humana e, portanto, intrinsecamente moral.

Se, como pensamos, o seu ideário se apresenta favorável à intolerância e a fanatismos irracionais, importa, contudo, realçar que é possível destacar nas suas reflexões, por vezes provocantes e inopinadas, alguns aspectos de inegável sentido positivo, bem como de indeclinável importância na estruturação do humanismo contemporâneo. Não quero referir-me apenas à sua concepção da actividade filosófica como crítica radical e permanente dos pressupostos do discurso, mas sobretudo à ideia de que a crítica da moral e da sociedade é determinante para a libertação humana, logo o fortalecimento da Filosofia como sabedoria para a vida, delineada por uma vontade de ruptura que suscite em cada ser humano uma inabalável independência que lhe possibilita o protesto contra todos os absolutos, mormente os de índole teológica que esboçam a silhueta da alienação. Além disto está vivo o seu ponto de vista favorável a uma nova humanidade que se assuma plenamente como criadora dos valores, um homem novo com a coragem e a lucidez para afrontar a arbitrariedade implacável do destino num combate tenaz e, em certo sentido, heróico para a construção do que Albert Camus designou de “cidade universal dos homens livres e fraternos”⁷.

Não recusamos a “fidelidade à terra”, muito menos o impulso criador e a sua distinção entre vida ascendente e vida descendente, sem dúvida um dos seus pensamentos mais fecundos, tal como a descoberta do mecanismo do espírito rancoroso e torpe dos fracassados vitalmente que ele designou por ressentimento.

O que rejeitamos, revendo-nos, aliás, no pensamento humanista contemporâneo é a pretensão de Nietzsche em postular que a “nobreza” humana deva situar-se na alegre afirmação da força, dos impulsos e da energia, afinal incapazes, por si só, de dominarem os delírios históricos que sempre destroem a liberdade e atraíam a justiça.

⁷ Camus, Albert, op.cit., p. 643.

Quando se regressa da leitura atenta da sua obra muitas interrogações ocorrem: que teria sido o seu pensar sem o seu desaparecimento prematuro, sem o seu quase permanente estado de doença?

E como interpretar aquele “Cântico da Melancolia” que nos apresenta Zaratustra como “animal astuto, rasteiro que mente voluntariamente” e se define “nada mais que um louco, nada mais que um poeta... fungando de inveja”⁸. Não estaremos a ler nestas palavras um certo auto-retrato?

Luís de Araújo

⁸ NIETZSCHE, F., “*Assim falava Zaratustra*”, op. cit., pp. 335-336.